



4º Simulado Especial
TSE
Unificado
Técnico Judiciário
Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial

Simulado

4º Simulado Especial TSE (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Judiciária - Agente da Polícia Judicial do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pbzUCHfXws4Us6Sg8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/f7WP>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Ano de 1947, Inglaterra, Câmara dos Comuns. Winston Churchill teria dito uma frase assim: a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história.

Deixando de lado, por um instante, o caráter frasista de Churchill, "como aferir a democracia?" é a pergunta que não quer calar. A experiência grega, que nos legou a palavra "democracia", gerou efeitos no debate. Resta, então, tentar refleti-la estatisticamente, assunto levado para o campo da quantificação, uma espécie de linha que separa países "democráticos" de "não-democráticos".

O cientista político Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), tratou logo de nos esclarecer a respeito do assunto. É que "um índice é um construto" (aqui). E, no caso da democracia, trata-se de uma instituição difícilíssima de demarcar. Por quê? Porque a produção de um índice, nessa seara, "visa apreender uma realidade complexa", o que "exige uma série de decisões", sendo a primeira delas, a preocupação de transformar a liberdade de expressão em números. Daí as consideráveis dificuldades: o direito de voto e liberdade de expressão têm o mesmo impacto na produção de uma democracia? Qual vale o dobro?

Feita essa rápida introdução, a fim de verificar que avaliar a democracia não é como colocar um termômetro e medir a temperatura, convém perquirir um índice de democracia que circulou amplamente pelos principais jornais ao longo deste ano. É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da "recessão democrática".

O relatório de satisfação global com a democracia 2020, elaborado pelo Instituto Bennett de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, apontou quais foram os países que mais caíram no índice de democracia.

O levantamento revelou que 92 países atualmente têm regimes autoritários, contra 87 democráticos, sendo que os cinco mais autoritários foram Eritreia, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iêmen e Síria. Os que apareceram

como mais democráticos foram Dinamarca, Estônia, Suécia, Suíça e Noruega. E o Brasil? Bem, o Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking na última década, consoante fontes como Democracy Report 2020 e Folha S.Paulo)

Mas quais os critérios desse relatório de satisfação com a democracia? De maneira geral, os eixos levantados foram a liberdade de expressão e de imprensa, que representam uma das faces do tema. Alguém poderá perguntar: mas a eleição, não é parte essencial da democracia? Sim, mas na interpretação da cientista política alemã Anna Lührmann, em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, acabar com as eleições instantaneamente é um movimento que gera resistência, então "os governos primeiro atacam a mídia", de modo a enfraquecer a resistência. Essa é a "rota mais comum que os governos têm tomado em direção ao autoritarismo", diz a pesquisadora.

E, coincidentemente ou não, quatro meses após a conclusão da mencionada pesquisa da Universidade de Cambridge, um relatório da ONG "Repórteres sem Fronteiras", apontou que o Brasil teve a segunda queda seguida em ranking de liberdade de imprensa, ocupando a posição 107 da lista de 180 Estados.

É evidente que há grande esforço para demarcar o assunto, tanto da equipe ligada à Universidade de Cambridge, quanto da equipe ligada à ONG "Repórteres sem Fronteiras". As informações dos grupos de trabalho são muito interessantes e mais ajudam no debate do que o contrário.

Diante de tais angulações, alguns comentários adicionais: é evidente que não é nada simples comentar sobre as singularidades da democracia em curto espaço. Até porque o assunto requer a compreensão de alguns contextos, sendo impossível dar um salto do ideal de liberdade da Grécia antiga, com o "povo" tomando decisões, passando por parâmetros de realidade sócio-política exibidos no clássico A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.

Assim, dentro do que é possível sintetizar, vê-se que a democracia é um regime de instituições. E isto nega um regime de pessoas isoladas. Ora, apostar num discurso de salvação da pátria, com lastro na figura pessoal de um presidente da República, como muitos imaginam, trata-se de reduzir consideravelmente a riqueza do debate.

Isso já evidencia que outros tantos componentes de um índice podem ser apresentados para reflexão dentro

desse campo temático, que separa países “democráticos” de “não-democráticos”, a exemplo de que nas democracias a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias ou que, apesar do voto carregar uma mensagem, a democracia não se esgota apenas na operação da eleição.

Para além disso é necessário ainda refletir a democracia pelo cumprimento de direitos fundamentais, o que passa pela defesa das garantias processuais e pelas “liberdades cívicas” (liberdade de expressão, de consciência, de reunião, entre outros). É que, como diz Lenio Streck, se há um ataque aos direitos e garantias fundamentais, “o Direito é a primeira vítima, a segunda é a democracia” (aqui).

Outrossim, a democracia requer responsabilidade, o que implica que um presidente da República, mesmo que eleito pelo voto do povo, não pode tudo. E daí caberiam mais desdobramentos, a exemplo de que a cidadania é o sustentáculo da democracia, porque se trata de um sistema exercível por todos.

Vê-se que não é tarefa fácil falar sobre democracia. Trata-se de um tema que requer cuidado redobrado, especialmente quando há argumentos do tipo “as instituições estão funcionando”, porque o maior perigo de uma democracia é achar que não há perigo. Tal significa dizer que é preciso ligar um alerta com as chamadas “armadilhas da confiança”, como nos lembra o professor David Runciman, da Universidade de Cambridge.

Há, de fato, um ponto de autenticidade na frase do político britânico Churchill, de que a democracia é o único regime aceitável ou o melhor dos piores regimes de governo. Ele faz, como resta claro, o elogio da democracia. O que nos preocupa é saber se as atuais democracias podem ser chamadas de democracias.

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-13/diario-classe-reflexao-democracia/>

Sobre as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

01. Churchill afirmou que a democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras formas já experimentadas ao longo da história. Essa afirmação, por via de ironia, expressa um elogio à democracia.

02. No primeiro parágrafo, a forma verbal “teria” atribui à citação feita um grau de incerteza.

03. Segundo o texto, é importante analisar posição dos países em índices democráticos, já que avaliar a democracia é uma tarefa simples e objetiva, comparável a medir a temperatura com um termômetro.

04. O cientista político Luis Felipe Miguel defende que a criação de um índice democrático é complexa, uma vez que envolve várias decisões, como a tentativa de quantificar a liberdade de expressão.

05. No segundo parágrafo, o vocábulo “aferir” expressa noção quantitativa.

06. O Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking de democracia nos últimos dez anos, de acordo com pesquisas mencionadas no texto.

07. O relatório da Universidade de Cambridge e o da ONG “Repórteres sem Fronteiras” mostram um cenário semelhante quanto aos níveis de democracia: o Brasil teve a segunda queda consecutiva no ranking de liberdade de imprensa, ocupando a 107ª posição entre 180 países.

08. Segundo a cientista política Anna Lührmann, os governos tendem a eliminar as eleições imediatamente ao se aproximarem de um regime autoritário.

09. O texto sugere que, nas democracias, a maioria, legitimada de forma numérica, não deve considerar o voto vencido das minorias.

- 10.** O Brasil, no ranking de liberdade de imprensa da ONG “Repórteres sem Fronteiras”, foi o país que mais caiu nos últimos anos, ocupando uma das últimas posições entre os países analisados.
- 11.** O texto afirma que a democracia não se resume apenas à realização de eleições, mas envolve também o cumprimento de direitos fundamentais e garantias processuais.
- 12.** Lenio Streck, citado no texto como argumento de autoridade, alerta que o primeiro impacto de um ataque à democracia é a perda da liberdade de expressão, seguida pela violação dos direitos civis.
- 13.** Pela definição de democracia, o texto sugere que o presidente da República pode tomar qualquer decisão não ilegal, desde que tenha sido eleito democraticamente pelo povo.
- 14.** Inferir-se do texto que o conceito de “armadilhas de confiança” envolve acreditar que o regime democrático não está ameaçado.
- 15.** Segundo o professor David Runciman, o problema central da democracia atual é a falta de participação nas eleições, que ameaça a sua legitimidade.
- 16.** O texto sugere que regimes democráticos modernos, por representarem a vontade coesa de um povo, devem se basear na figura de líderes fortes e carismáticos, como presidentes que personificam o poder.
- 17.** Em “é a pergunta que não quer calar”, a forma verbal “calar” está flexionada para concordar com seu sujeito “pergunta”.
- 18.** No segundo período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula após “grega” manteria a correção gramatical, mas alteraria os sentidos do texto.
- 19.** No primeiro período do terceiro parágrafo, o sujeito da forma verbal “tratou” é “Luis Felipe Miguel”.
- 20.** No terceiro período do terceiro parágrafo, a partícula “se” indetermina o sujeito da oração.
- 21.** Na locução “Por quê”, quarto período do terceiro parágrafo, o acento não poderia ser suprimido.
- 22.** Prejudicaria a correção gramatical a inserção da preposição “a” após “visa” (terceiro parágrafo), escrevendo-se “visa a aprender uma realidade complexa”.
- 23.** No segmento “transformar a liberdade de expressão em números”, o verbo rege dois complementos.
- 24.** A vírgula após “1947” (primeiro período do texto) poderia ser suprimida, pois seu uso é facultativo nesse caso.
- 25.** A locução “a fim de” (4º parágrafo) poderia ser substituída por “para”, tendo em vista seu valor de finalidade.

26. Sem prejuízo à correção e à coerência do texto, o período “*É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”*” poderia ser assim reescrito: **Nos últimos dez anos, democracias do mundo vivenciaram considerável queda de qualidade e a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”**
27. No segmento “a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias”, é facultativo inserir acento circunflexo na forma “tem”.
28. O vocábulo “outrossim” (14º parágrafo) expressa sentido aditivo.
29. Os termos “responsabilidade” e “tudo”, no primeiro período do 14º parágrafo, exercem funções sintáticas distintas nas orações em que ocorrem.
30. A preposição “por”, no segmento “eleito pelo voto do povo”, expressa noção de causa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Suponha que determinada autarquia seja proprietária de diversos imóveis que servem para dar apoio às suas operações. João pretende reivindicar a propriedade de uma das áreas utilizadas pela autarquia, argumentando que reside em um desses imóveis por mais de vinte anos, sem qualquer intervenção da entidade. Além disso, a autarquia está sofrendo a cobrança de uma dívida devida ao fornecedor de materiais Otávio, que solicitou a penhora de um dos imóveis pertencentes à autarquia para garantir o pagamento da dívida.

Acerca da organização administrativa e das hipóteses de contratação direta, julgue os itens a seguir.

31. A propriedade de imóvel pertencente à autarquia pode ser adquirida pelo particular por meio de usucapião, considerando que o terreno ficou desocupado e sem uso por mais de vinte anos.
32. Os imóveis da autarquia poderão ser penhorados para garantir o pagamento ao fornecedor Otávio, desde que o imóvel objeto da penhora seja de valor equivalente ao débito apurado.
33. Se a autarquia optar por quitar o débito com Otávio mediante dação em pagamento, a alienação do bem público dependerá de interesse público devidamente justificado e será precedida de avaliação, mas a licitação será dispensada.
34. Se a autarquia for uma agência reguladora, será correto afirmar que os seus dirigentes não exercem cargo passível de livre exoneração.

Suponha que a União decida aplicar uma multa administrativa no valor de R\$ 90 mil a uma pequena empresa que cometeu uma infração ambiental leve, por ter jogado resíduos de papel em uma área de preservação. A legislação aplicável prevê que a multa poderia variar entre R\$ 1 mil e R\$ 100 mil, conforme a gravidade do ato. O proprietário da empresa considerou o valor excessivo e decidiu ingressar com uma ação judicial questionando a legalidade da multa aplicada. O juiz, ao analisar o caso, percebeu que, embora a multa tenha sido aplicada dentro dos limites estabelecidos pela lei, o valor de R\$ 90 mil para uma infração considerada leve se revelou excessivo.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

35. O Poder Judiciário poderá anular a multa aplicada à empresa por violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem que isso represente controle de mérito do ato administrativo.

36. O juiz poderá substituir o valor da multa administrativa por um valor que ele considere mais razoável, se considerar que o valor aplicado pela administração foi desproporcional.

Sobre os agentes públicos e as disposições constitucionais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

37. A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

38. Os agentes públicos contratados temporariamente para atender a uma necessidade temporária e de excepcional interesse público ocupam cargo público, estando submetidos ao regime jurídico único.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

39. Um dos efeitos do poder hierárquico é a possibilidade de avocação de atribuições, que permite que a autoridade superior retire temporariamente de um subordinado a competência para decidir matérias, desde que não sejam de competência exclusiva deste.

40. O servidor público, por força do poder hierárquico, deve cumprir toda e qualquer ordem recebida de seu superior, mesmo quando a ordem seja manifestamente ilegal, sob pena de sofrer sanção disciplinar.

41. Segundo o Supremo Tribunal Federal, uma característica do poder de polícia é a indelegabilidade, uma vez que se trata de atividade típica de Estado.

Acerca das licitações públicas, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

42. O leilão é a modalidade de licitação adotada para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, caracterizando-se pela ausência de fase de habilitação.

43. Os valores previstos na legislação para dispensa de licitação em razão do valor para obras, serviços e compras serão duplicados quando se tratar de contratações realizadas por consórcios públicos ou por autarquias ou fundações públicas qualificadas como agências executivas.

44. Em respeito ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a Lei de Licitações dispõe que é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

45. A fase de habilitação, em regra, ocorre antes da fase de apresentação de propostas e julgamento, mas se admite a inversão dessas fases, desde que o ato seja motivado com a explicitação dos benefícios decorrentes.

46. Um dos critérios de julgamento das licitações públicas é o maior retorno econômico, que somente poderá ser adotado para a celebração de contrato de eficiência.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

47. O Tribunal de Contas da União possui competência para julgar as contas dos administradores públicos federais, ao passo que cabe ao Congresso Nacional julgar as contas do Presidente da República.

48. O Tribunal de Contas, ao determinar a sustação de contratos irregulares, pode exercer essa competência de forma autônoma e imediata, sem depender de qualquer omissão do Congresso Nacional.

Suponha que, durante uma manifestação em frente a um prédio público, um grupo isolado de manifestantes começou a agir violentamente, destruindo janelas e portas do edifício e danificando veículos estacionados nas proximidades. Houve também violência contra profissionais de imprensa que cobriam a confusão. Entre os carros atingidos, estava o veículo de Paulo, que se encontrava estacionado em rua pública. Considerando que o veículo foi severamente danificado, Paulo procurou um advogado, para avaliar a viabilidade de ingressar com ação judicial contra o Estado, buscando obter o ressarcimento dos prejuízos que sofreu.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

49. Se for demonstrado que o dano ao carro de Paulo ocorreu devido a um ato exclusivo de terceiros, a responsabilidade civil estatal será excluída.

50. A responsabilidade civil do Estado, na situação narrada, ficaria sujeita ao prazo prescricional de cinco anos, a contar do fato que deu origem ao dano.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Alexandre Herculano

51. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Durante a preparação de uma operação de segurança para um dignitário estrangeiro, a equipe decide que a formação dos agentes será em "V" invertido, com o dignitário no centro. O agente "mosca" é colocado na retaguarda da formação.

A posição do agente "mosca" na retaguarda é a mais adequada para garantir a segurança do dignitário.

52. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Segurança de Dignitários.

Um agente de segurança decide, durante um evento, não comunicar uma pequena alteração no plano de segurança à equipe para evitar alarmes desnecessários.

O agente agiu corretamente ao não comunicar a alteração ao restante da equipe devido a possibilidade de problemas mais sérios.

53. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Gestão de Conflito.

A negociação é fundamental no gerenciamento de uma crise, em que pesem todos os fundamentos e ações desenvolvidas pelo gerenciador, grande parte das probabilidades de lograr êxito reside na disponibilidade de um policial negociador, bem qualificado e experiente.

54. Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A Norma Brasileira Regulamentadora, que destaca um conjunto de normas técnicas criadas e certificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece que os hidrantes devem ser instalados a uma distância máxima de 100 metros de qualquer ponto de acesso ao edifício.

55. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Primeiros Socorros.

A técnica de Heimlich deve ser usada em todas as situações de obstrução das vias aéreas, incluindo aquelas em que a vítima está consciente e pode tossir.

56. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

Em um sistema de controle de acesso, a utilização de cartões magnéticos é uma medida de segurança passiva, pois apenas permite a entrada de indivíduos autorizados sem monitoramento ativo.

57. Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

Risco difere conceitualmente de ameaça pelo fato de, em ocorrendo o evento não desejado, no caso do risco poderá ou não haver uma perda; já com relação à ameaça, a perda é real e ocorrerá em função do evento não desejado.

58. Sobre o Planejamento de Segurança, julgue o item abaixo.

O planejamento da segurança de um órgão compreende o nível estratégico, no qual se avalia a conjuntura política, social e econômica, e o nível tático-operacional, em que se apresentam as ações a serem adotadas.

Com base no planejamento de segurança e na segurança corporativa estratégica, julgue os itens.

59. O Circuito Fechado de Televisão (CFTV) é uma ferramenta de segurança puramente reativa, útil apenas para investigações pós-incidente, sem capacidade de prevenção ou detecção em tempo real.

60. O Circuito Fechado de Televisão (CFTV) é uma ferramenta de segurança puramente reativa, útil apenas para investigações pós-incidente, sem capacidade de prevenção ou detecção em tempo real.

61. O conceito de planejamento de segurança implica necessariamente em um processo linear, onde cada etapa deve ser concluída antes do início da próxima, sem possibilidade de revisões ou ajustes durante a implementação.

Sobre a atividade de inteligência aplicada no país, julgue os itens com base na doutrina e na norma.

62. O princípio da oportunidade na produção de conhecimentos de inteligência implica que a informação deve ser fornecida em tempo hábil para seu aproveitamento.

63. Conforme o Decreto nº 11.693/2023, o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) é composto exclusivamente por órgãos governamentais federais.

64. A Lei nº 9.883/1999 estabelece que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é subordinada ao Ministério da Defesa.

65. Na metodologia de produção de conhecimentos de inteligência, a fase de análise precede necessariamente a fase de coleta.

66. As fontes abertas de coleta, no âmbito da inteligência, são consideradas menos importantes que as fontes fechadas devido à sua acessibilidade pública.

Com base na Gestão de Conflitos e nas principais doutrinas sobre as melhores práticas em gerenciamento de crise, julgue os itens.

67. Na fase de pré-confronto, a análise do perfil psicológico dos envolvidos no conflito é irrelevante para o planejamento das estratégias de negociação.

68. Os perímetros táticos em uma situação de crise devem ser estabelecidos de forma concêntrica, com o perímetro externo sempre maior que o interno.

69. As táticas de negociação em gestão de conflitos devem sempre priorizar a empatia e a construção de rapport, mesmo em situações de alto risco com perpetradores violentos.

70. Na fase de pré-confronto ou preparo, a elaboração de múltiplos cenários possíveis é desnecessária, pois pode distrair a equipe do plano principal de ação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue os itens de **71 a 74**

71. As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

72. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

73. Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

74. Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada

De acordo com a Lei nº 9099/1995 (CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO), julgue os itens de **75 a 77**

75. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

76. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

77. Pode ser oferecida a transação penal no caso de infrações penais cuja pena privativa de liberdade máxima seja superior a 3 (três) anos

De acordo com a Lei nº 7716/1989, que dispõe sobre os crimes de preconceito e raça e cor, julgue os itens de **78 a 81**

78. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação

79. Constitui efeito automático da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público

80. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social é crime com pena de detenção

81. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido é crime previsto na lei nº 7716/1989.

De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item abaixo:

82. Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

De acordo com a Lei nº 10826 e suas alterações (Estatuto do desarmamento), julgue os itens de **83 a 85**

83. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

84. De acordo com a Lei nº 10826/2003, os integrantes da guarda-municipal poderão portar arma de fogo dentro e fora de serviço, seguindo o regulamento do Estatuto do Desarmamento.

85. O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

**SEGURANÇA JUDICIÁRIA:
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E LEI
REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Lilian Novakoski

Julgue as assertivas de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741/2003:

- 86.** O Estatuto do Idosos trata sobre a garantia de prioridade da pessoa idosa, que compreende, entre outros aspectos, atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações.
- 87.** O respeito a pessoa idosa consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- 88.** É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância, sendo este benefício sempre encerrado com a morte da pessoa idosa.

Julgue as assertivas de acordo com a Lei 10.048/00:

- 89.** Caso não haja atendentes específicos para a realização do atendimento prioritário, as pessoas que tem direito ao atendimento prioritário deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento das outras pessoas que estiverem na fila de atendimento normal.

- 90.** Os doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário exigindo-se a apresentação de comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

NOÇÕES DE DIREITO HUMANOS

Géssica Ehle

Em relação aos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 91.** Segundo o Supremo Tribunal Federal, os direitos humanos de segunda dimensão consagram os direitos sociais e reforçam o princípio da solidariedade.
- 92.** Segundo a doutrina, os direitos humanos remontam ao Período Axial, ou Era Axial, época na qual se reconheceu uma espécie de igualdade essencial entre todas as pessoas.
- 93.** A primeira geração de direitos humanos foi consagrada pelos ideais iluministas e liberais nos séculos XVIII e XIX, momento em que o Estado Social deveria prestar direitos, sendo positivo.
- 94.** A relatividade e a hierarquia que há entre cada geração de direitos humanos são as características responsáveis por sua aplicação justa ao caso concreto, efetivando o princípio “pro homine”.
- 95.** De acordo com o Texto Constitucional, os direitos humanos dependem de internalização e previsão normativa para que possam tutelar o caso concreto.

- 96.** Os direitos humanos detêm superioridade normativa, tendo sido tratados de modo diferenciado pela Constituição Federal de 1988, sobretudo quanto ao seu procedimento de internalização.
- 97.** A dignidade da pessoa humana não está discriminada como objetivo da Federação pela Constituição Federal de 1988, mas deverá ser interpretada como norma implícita para fins de efetivação de tais primados.
- 98.** Diante da internalização do Pacto de São José da Costa Rica a prisão civil do depositário infiel passou a ser inadmitida, uma vez que o dispositivo Constitucional teve sua eficácia limitada.
- 99.** A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos, enquanto que a Corte Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados-Membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, podendo haver até dois juízes da mesma nacionalidade.
- 100.** A partir da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, toda pessoa tem direito de ser indenizada por erro judiciário, desde que se siga os ditames da lei e a mesma tenha sido condenada em sentença passada em julgado.
- 101.** Sobre a Política Nacional de Direitos Humanos, com base no PNDH-3, a ideia de se universalizar direitos em um contexto de desigualdades acaba colidindo com a premissa de que se deve garantir Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.
- 102.** O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) prevê o fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras, o que exclui das demais instituições a incumbência da defesa e promoção de Direitos Humanos.
- 103.** Em tendo havido violação grave a um direito humano, a partir da característica da superioridade normativa, a vítima poderá, imediatamente, buscar remédio efetivo junto aos organismos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 104.** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, afirma que toda pessoa morte tem direito a solicitar anistia, que poderá ser concedida em todos os casos.
- 105.** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos afirma, categoricamente, que não se pode executar a pena de morte contra autor de delito que violou direito humano enquanto houver pedido seu pendente de decisão ante a autoridade competente.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo***Texto-base para os itens 106 a 110:**

Situação hipotética: Em determinado processo criminal no qual se apura a suposta prática do crime de denunciação caluniosa para fins eleitorais (Art. 326-A do Código Eleitoral), foi expedido, de ofício, mandado de busca e apreensão em desfavor do réu, Paulo. Ao chegarem na casa e anunciarem a diligência, os agentes públicos foram recebidos a socos por Paulo, que buscava impedir a realização do ato.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

- 106.** Assertiva: nesse caso, Paulo deverá responder pelo crime de resistência, sem prejuízo das penas relativas à violência empregada.
- 107.** Assertiva: caso os agentes tenham conseguido realizar a diligência de busca e apreensão apesar da oposição de Paulo, deverá ser reconhecida a forma tentada do delito, com redução de pena que irá variar de um a dois terços.
- 108.** Assertiva: se, no curso da persecução penal, restar comprovado que Paulo, ao tempo do fato, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento, deverá ser reconhecida sua inimputabilidade e consequente isenção de pena.
- 109.** Assertiva: A diligência de busca domiciliar não poderia ter sido determinada *ex officio* pelo Juiz.
- 110.** Assertiva: a despeito da oposição de Paulo, não há previsão legal de emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

111. Acerca da lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

Segundo entendimento do STJ, caso haja superveniência de nova lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, não será possível ao Juiz realizar a combinação de leis penais, de forma a aplicar ao agente, de forma retroativa, apenas os aspectos benéficos da nova lei.

112. Acerca do fato típico, da ilicitude e da culpabilidade, julgue o item a seguir:

Crimes formais são aqueles em que a ocorrência do resultado naturalístico previsto no tipo penal é dispensável para a consumação, sendo incompatíveis com a figura da tentativa.

113. Acerca do nexu causal, julgue o item a seguir:

O Código Penal adota, como regra, a teoria da equivalência dos antecedentes causais no que se refere ao nexu causal.

114. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item seguinte:

Aplica-se a majorante de um terço ao furto cometido no período de repouso noturno, ainda que praticado em via pública.

115. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item seguinte:

A configuração do crime de peculato-furto pressupõe que o funcionário público não tenha a posse do dinheiro, valor ou bem móvel, mas o subtraia tirando proveito das facilidades do cargo.

116. Acerca da prisão e da liberdade provisória, julgue o item seguinte:

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem e tenha filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, desde que seja o único responsável pelos cuidados do filho.

117. Acerca do inquérito policial, julgue o item seguinte:

Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos, ainda que não haja notícia da existência de prova nova.

118. Acerca do exame de corpo de delito e da cadeia de custódia, julgue o item seguinte:

O armazenamento é o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas.

119. Acerca da prova testemunhal, julgue o item seguinte:

A testemunha que deixar de comparecer sem motivo justificado, embora regularmente intimada para o ato, poderá ser conduzida coercitivamente, sem prejuízo de imposição de multa.

120. Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, julgue o item seguinte:

No caso de descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, o juiz, mediante requerimento do MP, do assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
